



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM N.º 033/2021

Macaé, em 15 de setembro de 2021.

EXMO. SR. PRESIDENTE,

Encaminho o presente Projeto de Lei Complementar a essa Casa Legislativa com vistas a que seja submetido à apreciação dos Senhores Edis, na certeza de que estamos trabalhando no sentido de aprimorarmos e valorizarmos as categorias profissionais dos Agentes de Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, pois além de essenciais para a prevenção de doenças e promoção da saúde da população, desempenham papel primordial no enfrentamento à COVID-19.

As normas federais citadas no corpo deste Projeto de Lei Complementar, especialmente a Lei 11.350 de outubro de 2006, alterada pelas Leis n. 12.994/14, 13.595/18 e 13.708/18 e que revogou a Lei 10.507/02, institui o piso salarial profissional das categorias a saber:

Art. 9º-A. O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais. (Incluído pela Lei nº 12.994, de 2014)

§ 1º O piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias é fixado no valor de R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) mensais, obedecido o seguinte escalonamento: (Redação dada pela lei nº 13.708, de 2018)

I - R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2019; (Incluído pela lei nº 13.708, de 2018)

II - R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) em 1º de janeiro de 2020; (Incluído pela lei nº 13.708, de 2018)

III - R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2021. (Incluído pela lei nº 13.708, de 2018)

Ainda por força de Lei, o piso salarial é o valor abaixo do qual, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das carreiras.

O Ministério da Saúde vem fazendo repasses regulares diretamente do Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Macaé, conforme informação oficial do CNES, mas o Município de Macaé ainda não elaborou norma legal de forma a compatibilizar os vencimentos dos servidores ao estabelecido na norma nacional, o que vem sendo feito de forma de complementação salarial.

Os valores de repasses federais com anotações de exclusividade aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias no período de apuração compreendido entre janeiro de 2018 e fevereiro de 2021 é de no mínimo R\$ 14.364.152,00 (quatorze milhões e trezentos e sessenta e quatro mil e cento e cinquenta e dois reais).



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
GABINETE DO PREFEITO**

A complementação salarial aplicada para adequação por ora do vencimento base inicial ao piso nacional acarreta diferenças no cômputo de outros direitos, gratificações e adicionais legalmente estabelecidos às categorias, tais quais adicional de insalubridade, triênio, décimo terceiro, férias e contribuição previdenciária.

Em que pese as vedações previstas na Lei Complementar n. 173/2020, entende-se que a pretensão contida no presente PLC está ressalvada na parte final do inciso I do artigo 8º:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

I - conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública;

Do exposto, apresentamos este projeto, com o objetivo de adequar o valor do vencimento base inicial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias em consonância à Lei Nacional n. 11.350/2006, alterada pela Lei 13.708/2018.

Por esses motivos, acredita-se que a proposta será bem recebida por essa Respeitável Casa, e receberá o apoio de Vossas Excelências. Assim, espero contar com a aprovação unânime dos integrantes do Poder Legislativo Municipal.

Com meus protestos de elevada estima e consideração, subscrevo-me,


**WELBERTH PORTO DE REZENDE
PREFEITO**

**AO MD PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ/RJ
VEREADOR NILTON CÉSAR PEREIRA MOREIRA
PALÁCIO NATÁLIO SALVADOR ANTUNES
ROD. CHRISTINO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR, KM 3,5
VIRGEM SANTA - MACAÉ - RJ**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008 /2021.

*Dispõe sobre a adequação do
vencimento base inicial dos cargos de
Agente Comunitários de Saúde e de
Agente de Combate às Endemias à Lei
Nacional n. 11.350/2006.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ DELIBERA E EU
SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) o vencimento base inicial dos cargos de Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022.

GABINETE DO PREFEITO, em 35 de setembro de 2021.

WELBERTH PORTO DE REZENDE
Prefeito



ANÁLISE DE VARIAÇÃO SOBRE RUBRICAS

Ganhos	JULHO/2021			AGOSTO/2021			Variação	
	POP.	Ganho	Desconto	POP.	Ganho	Desconto	Valor	%
0020 Vencimento	396	466.075,73		396	658.917,18		192.841,45	41,38
00E0 Insalubridade 20% (Base)	372	87.177,38		372	122.963,17		35.785,79	41,05
00I0 Complementacao Base/Min.	291	1.056,33					-1.056,33	-100,00
00N0 Complementac.Ag. LF 13708	341	147.143,57					-147.143,57	-100,00
0300 Cargo/Funcao-FG/GFAS/GFAI	16	60.199,49		16	60.199,49			
0340 50% Gratificacao Funcao	5	10.529,72		5	10.529,72			
0440 GPAT-Agente Patrimonial	27	15.006,60		27	15.006,60			
0590 Trienio	390	64.518,06		390	91.100,99		26.582,93	41,20
0670 Vale Transporte	24	2.046,00		24	2.046,00			
0890 Auxilio Alimentacao	396	158.400,00		396	158.400,00			
08C0 Auxilio Refeicao	396	79.200,00		396	79.200,00			
BRUTO		1.091.352,88			1.198.363,15		107.010,27	9,81
1010 Cruz.Sul-Cartao Credito	7		220,62	7		220,62		
1020 BMG-Cartao Credito	7		452,47	7		452,47		
1090 Empréstimo CAIXA ECON FED	39		11.663,11	39		11.663,11		
1110 Empréstimo Banco Brasil	15		4.637,99	15		4.637,99		
110 Pensao Justica Liquido	14		7.489,23	14		8.849,06	1.359,83	18,16
11K0 Empréstimo Itau/BMG Cons.	20		2.870,56	20		2.870,56		
1210 Odonto Empresa Convenios	4		206,51	4		206,51		
1260 Empréstimo Banco BMG	1		108,84	1		108,84		
12L0 Empréstimo Itau/Unibanco	15		2.556,72	15		2.556,72		
12P0 Empréstimo Bradesco	13		4.297,05	13		4.297,05		
12Q0 Cartao Bradesco	1		119,22	1		119,22		
12T0 Empréstimo Santander	16		3.240,24	16		3.240,24		
1320 MACAEPREV	396		84.097,41	396		90.124,76	6.027,35	7,17
1360 Pensao Justica (Seg.Desc)	3		1.026,89	3		1.421,20	394,31	38,40
1380 Cartao Ole Bonsucesso	128		12.495,65	128		12.495,65		
1390 Desc.Vale Transporte	24		1.269,65	24		1.269,65		
13M0 Falta(s)				59		16.424,33	16.424,33	
1410 Empréstimo Banco Arbi	37		7.798,83	37		7.798,83		
1430 Mensalidade Sindicato	59		2.202,78	59		3.114,21	911,43	41,38
1450 Empréstimo Ole Bonsucesso	187		46.944,18	187		46.944,18		
1490 I.R.R.F.	67		11.971,84	100		18.608,40	6.636,56	55,43
DESCONTO			205.669,79			237.423,60	31.753,81	15,44
Liquido			885.683,09			960.939,55	75.256,46	8,50
BRUTO			1.091.352,88			1.198.363,15	107.010,27	9,81
MACAEPREV			107.032,46			114.703,28	7.671,00	7,17
INSS								
FGTS								
Total			1.198.385,34			1.313.066,43	114.681,09	9,57

0,06%

[Handwritten signature]
22934





Macaé
PREFEITURA
CONTROLADORIA GERAL



Controle do índice de pessoal 2021

Conceito:

Receita Corrente Líquida: São as receitas correntes em grande maioria tributárias mais as transferências financeiras recebidas deduzidas as contribuições previdenciárias do servidor e a receita para a Formação do FUNDEB.

Despesa Total com Pessoal: Pessoal ativo, pensionista, aposentadorias mais as obrigações patronais deduzidas o pessoal de despesas de exercícios anteriores e inativos e pensionistas com os recursos do MACAEPREVI

JANEIRO 2021	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2.353.466.347,35
DESPESA TOTAL COM PESSOAL	1.139.778.898,99
DTP sobre a RCL	48,43

FEVEREIRO 2021	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2.348.293.310,06
DESPESA TOTAL COM PESSOAL	1.144.676.986,04
DTP sobre a RCL	48,75

MARÇO 2021	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2.372.931.193,01
DESPESA TOTAL COM PESSOAL	1.145.455.554,54
DTP sobre a RCL	48,27

ABRIL 2021	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2.436.346.075,39
DESPESA TOTAL COM PESSOAL	1.145.712.367,06
DTP sobre a RCL	47,03

MAIO 2021	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2.482.753.301,74
DESPESA TOTAL COM PESSOAL	1.151.046.362,05
DTP sobre a RCL	46,36

JUNHO 2021	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2.371.207.484,07
DESPESA TOTAL COM PESSOAL	1.196.789.839,27

Juliana Ribeiro Tavares
Subcontroladora de Contas e Gestão
CRC-RJ 095006/O Mat. 42743
Controladoria Geral do Município

Juliana Ribeiro Tavares
Subcontroladora de Contas e Gestão
CRC-RJ 095006/O Mat. 42743
Controladoria Geral do Município



DTP sobre a RCL	50,47

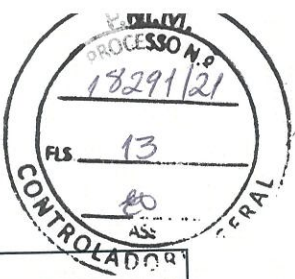
JULHO 2021	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2.498.618.527,94
DESPESA TOTAL COM PESSOAL	1.164.863.981,61
DTP sobre a RCL	46,62

Limite máximo 54%
Limite prudencial 51,30%
Limite de Alerta 48,6%

Juliana Vibeiro Tavares
Subcontroladora de Contas e Gestão
CRC-RJ 095006/O Mat. 42743
Controladoria Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
Controladoria Geral do Município
Edilson Santanna
Controlador Geral
Matrícula 42.760



MEDIDAS SANEADORAS

Se a despesa total com pessoal exceder ao limite prudencial (51,30%), é vedado ao Município:

- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- II - criação de cargo, emprego ou função;
- III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações

Se a despesa com pessoal ultrapassar os 54% o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro quadrimestre.

Para o cumprimento do limite acima dos 54% o Município adotará as seguintes providências:

- I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;
- II - exoneração dos servidores não estáveis.

Se as medidas adotadas não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.


PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
Controlador Geral do Município
Edison Santanna
Controlador Geral
Matrícula 42.760


Mariana Ribeiro Tavares
Controladora de Contas e Gestão
MAC-R1095006/O Mat. 42743
Controladora Geral do Município

